



Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Educação Básica

Programa de Desenvolvimento da Educação Municipal
(PRODEM)

Programa de Desenvolvimento da Educação Municipal (PRODEM): valorizando a qualidade e a equidade

Eloisa Maia Vidal
Tania Maria Costa Guerra
Lucia Maria Gomes
Zirlânea Gonçalves da Silva

Sumário

1. Concepção	2
2. Seleção dos municípios participantes	5
3. Execução do PRODEM	6
4. Planos Municipais de Educação: um capítulo a parte	13
5. Indicadores municipais 2005 - 2006: resultados das ações do PRODEM?	18
6. O PRODEM, o Regime de Colaboração e o FECOP	22

1. Concepção

O Programa de Desenvolvimento da Educação Municipal (PRODEM) é o Componente 3 do Projeto Escola do Novo Milênio, financiado pelo Banco Mundial através do Acordo de Empréstimo N° 4591/BR e tem como principal objetivo melhorar os resultados educacionais nos municípios mais pobres do Ceará, mediante a promoção da equidade horizontal e vertical.

Uma das formas de contribuir para elevação do nível do ensino nesses municípios, é criar estratégias compensatorias, focalizando os pontos diagnosticados como de estrangulamento.

O PRODEM elegeu os seguintes objetivos específicos:

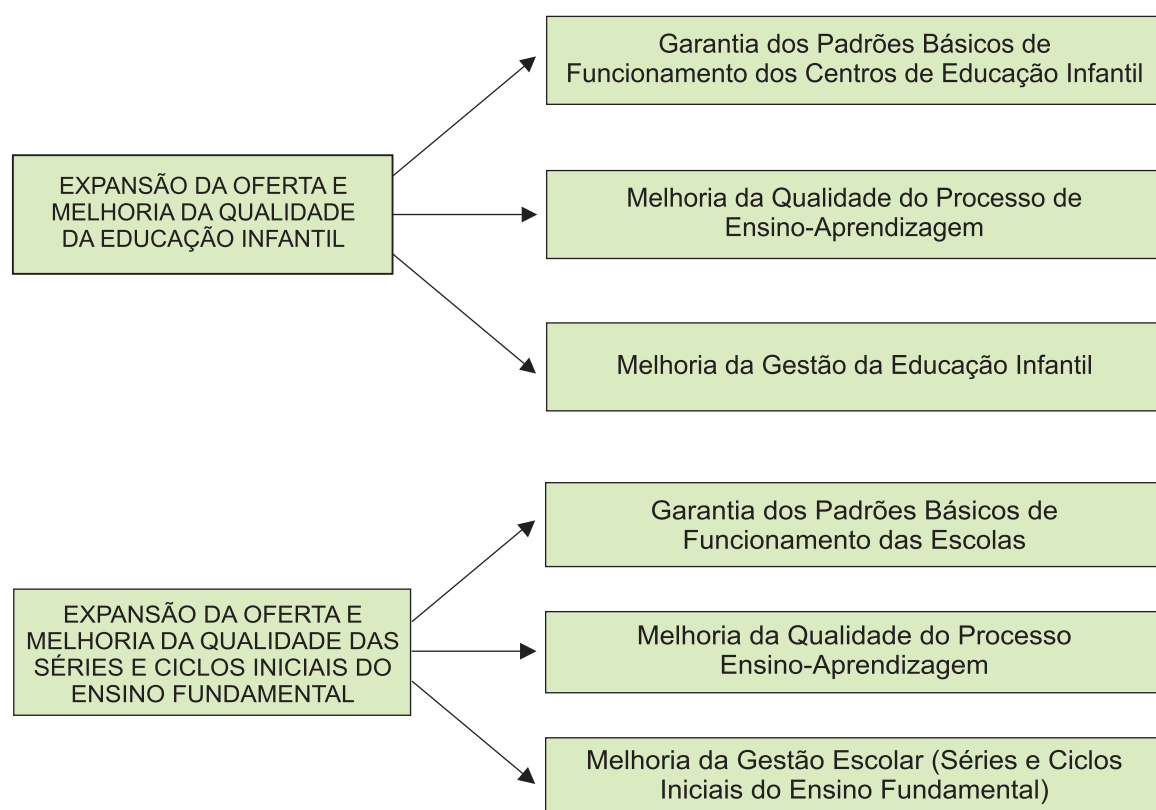
- Expandir a oferta da educação infantil e das séries e ciclos iniciais do Ensino Fundamental.
- Melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem na educação infantil e nas séries e ciclos iniciais do ensino fundamental.
- Melhorar a qualidade da gestão educacional nos municípios, incentivando a modernização do processo de gestão educacional e a construção de um sistema de educação mais integrado, consistente e equitativo nos sistemas estadual e municipal do Ceará.

O PRODEM tem como foco a implementação de dois subprogramas prioritários:

- Expansão da oferta e melhoria da qualidade da educação infantil, constituído das seguintes linhas de ação: Garantia de Padrões Básicos de Funcionamento dos Centros de Educação Infantil, Melhoria da Qualidade do Processo Ensino-Aprendizagem; e, Melhoria da Gestão da Educação Infantil.
- Expansão da oferta e melhoria da qualidade das séries e ciclos iniciais do Ensino Fundamental que contempla as linhas de ação: Garantia de Padrões Básicos de Funcionamento; Melhoria da Qualidade do Processo Ensino-Aprendizagem; e Melhoria da Gestão Escolar.

A figura 1 esquematiza os referidos subprogramas com as suas respectivas linhas de ação.

Figura 1



A cada linha de ação correspondem atividades que são consideradas elegíveis para financiamento, de acordo com o subprograma a ser atendido, isto é, voltado para a educação infantil ou para as séries e/ou ciclos iniciais do ensino fundamental.

O quadro 1 a seguir detalha as atividades elegíveis para cada uma das linhas de ação.

Quadro 1: Linhas de Ação e Atividades Elegíveis do PRODEM

Linhas de Ação	Atividades Elegíveis
Garantia dos Padrões Básicos de Funcionamento dos Centros de Educação Infantil (CEI) e das Escolas	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação, reforma e recuperação. • Aquisição de equipamentos e materiais. • Desenvolvimento prioritário das escolas da zona rural.
Melhoria da Qualidade do Processo Ensino-Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • Produção e aquisição de materiais. • Apoio a atividades educacionais – Projetos inovadores. • Instalação de Conselhos e Grêmios. • Apoio à realização de atividades culturais. • Incentivo ao desenvolvimento cultural do professor da zona rural.
Melhoria da Gestão da Educação Infantil e Escolar (Séries e Ciclos Iniciais do Ensino Fundamental).	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de Comissões Municipais de Educação Infantil. • Assistência Técnica à elaboração e implementação do Projeto Técnico-Pedagógico e de Gestão da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. • Assistência Técnica à elaboração e implementação do Plano Municipal de Educação (PME).

A gestão do PRODEM envolve a parceria com o Município e o Centro Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE), cabendo a este o acompanhamento e a supervisão dos projetos aprovados. Na SEDUC, a Coordenadoria de Articulação e Gestão Educacional (COGED), através da sua Célula de Apoio à Gestão Regional (CEARE), em parceria com as demais Coordenadorias tem a responsabilidade de acompanhar os CREDE e os municípios na execução do PRODEM.

Do ponto de vista central, a gestão do PRODEM é constituída por um **Comitê Gestor**, formado pelo Núcleo Gestor da Secretaria da Educação Básica, presidido pelo titular da pasta, cabendo ao coordenador do Projeto Escola do Novo Milênio, a função de Secretário Executivo; e um **Comitê Técnico**, vinculado à Secretaria Executiva, formado pelos representantes da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e da Associação dos Prefeitos do Ceará (APRECE) e por um grupo de técnicos da SEDUC, sendo: dois da Coordenadoria de Desenvolvimento Técnico-Pedagógico (CODEP); dois da Coordenadoria de Articulação e Gestão (COGED); um da Coordenadoria de Planejamento e Política Educacional (COPPE); um da Coordenadoria Administrativo-Financeira (COAFI); um representante da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP); e dois representantes dos Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE).

São atribuições do **Comitê Técnico**:

- a) Análise, avaliação, parecer e encaminhamento à Secretaria Executiva do Comitê Gestor do PRODEM para aprovação dos Subprojetos propostos pelos municípios, observados os critérios de financiamento e as linhas de ação definidos nos Sub-programas.

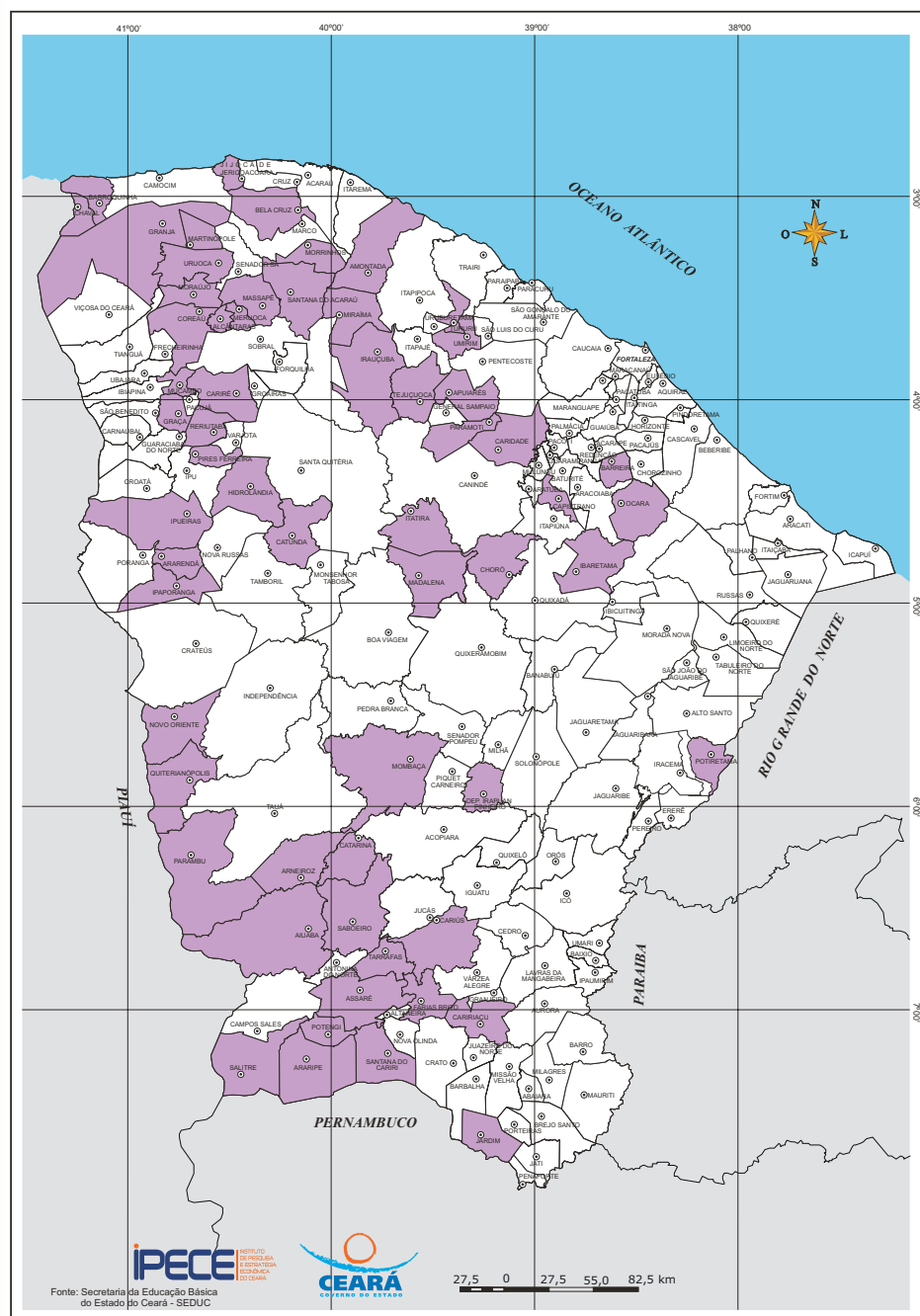
- b) Cooperação técnico-pedagógica aos municípios, na execução dos Subprojetos aprovados, envolvendo:
- Acompanhamento trimestral das ações em desenvolvimento, identificando os acertos e as dificuldades encontradas pelas equipes municipais, utilizando para tanto visitas *in loco*, relatórios e correio eletrônico e discutindo alternativas de superação dessas dificuldades.
 - Monitoramento de natureza físico-financeira e sócio-pedagógica das metas estabelecidas pelos subprojetos.
 - Coordenação de pesquisa para avaliação do impacto das ações desenvolvidas com os recursos do programa.
 - Coordenação de seminários para socialização das experiências bem sucedidas do PRODEM.

2. Seleção dos Municípios Participantes

Para seleção dos municípios a serem beneficiados pelo PRODEM foram considerados, inicialmente, como elementos norteadores:

- a) As recomendações do estudo *Qualidade e Equidade no Ceará: dimensionando disparidades educacionais* (MAIA, MOREIRA e VIEIRA, 1999, p. 23).
- b) As orientações do *Project Appraisal Document* - PAD (fevereiro de 2000), em que se sugere que o PRODEM contemple uma amostra dos 54 municípios mais pobres do Estado, tendo por base o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) e o Selo UNICEF, que se constitui em premiação concedida àqueles municípios que desenvolvem melhorias na gestão social – educação e saúde, atividades de alfabetização informal e atividades inovadoras no ensino fundamental.
- c) As propostas decorrentes de trabalho conjunto envolvendo dirigentes e equipes técnicas da SEDUC, Secretaria do Trabalho e Ação Social do Ceará (SETAS), Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (SESA), Secretaria de Planejamento e Coordenação (SEPLAN) e representantes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará (APRECE) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação, Seção do Ceará (UNDIME).

Com a reformulação do Projeto, tendo em vista a sua adequação às políticas educacionais propostas pelo Governo do Estado na gestão 2003 - 2006, particularmente, a proposta do Regime de Colaboração entre o Estado e os municípios, foram selecionados, prioritariamente, os 60 municípios com os menores valores de IDH-M, conforme mapa a seguir.

Mapa Indicando os 60 municípios de menor IDH-M do Estado—2005

3. Execução do PRODEM

O programa teve sua fase de preparação no primeiro semestre de 2005, cabendo ao Comitê Técnico do PRODEM a elaboração de um conjunto de instrumentais e critérios que orientassem os municípios na apresentação de suas propostas de financiamento. Assim, a participação dos municípios foi definida através de Edital, onde estavam explicitados os critérios necessários, quais sejam:

a) Critérios Básicos: para terem seus Subprojetos / Planos de Trabalho financiados com recursos do PRODEM os municípios devem apresentar as seguintes condições prévias:

- Adesão e formalização do Protocolo de Intenções para a concretização do Regime de Colaboração entre o Estado e os Municípios, no âmbito da Educação Básica.
- Apresentação do Plano Municipal de Educação (PME) integrado às políticas e ao Plano de Educação Básica do Estado e às diretrizes do Plano Nacional de Educação.

b) Critérios Complementares: os municípios deverão comprometer-se, formalmente, com os seguintes pontos:

- Participação no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE).
- Funcionamento do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.
- Criação de Conselhos Escolares com representação dos pais e membros da comunidade.
- Aplicação de, no mínimo, 6% dos recursos do Orçamento da Educação Municipal com a Educação Infantil.

Os projetos que cumprirem com todas as condições de participação serão examinados em seu mérito e classificados, para fins de concessão de apoio financeiro, de acordo com os critérios abaixo especificados:

Quadro 2: Critérios técnicos-pedagógicos para avaliação dos projetos do PRODEM

Critérios	Pontuação
1. Criar condições para o desenvolvimento de ações relacionadas às condições sócio-culturais, sócio-econômicas e sócio-ambientais nas quais o Município encontra-se inserido, possibilitando maiores ganhos na aprendizagem das crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental e ampliando o acesso à Educação Infantil.	Até 50 pontos
2. Contar com assistência científica, tecnológica ou pedagógica externa, compatível com a natureza das atividades do projeto, fornecida por instituição acadêmica ou educacional, que partilhe com o Município interesses no desenvolvimento do projeto.	Até 50 pontos
3. Apresentar sugestões que permitam o envolvimento da comunidade de modo a contribuir positivamente para o estabelecimento de ações que visem o fortalecimento da autonomia do Município ampliando o seu espaço de atuação junto a sua comunidade, principalmente a rural.	Até 100 pontos
4. Possibilitar o compartilhamento de conhecimentos entre educadores e educandos revitalizando as relações entre estes atores, diminuindo os indesejáveis índices de reprovação e evasão, através de estratégias dinâmicas, inovadoras e de reconhecido alcance social.	Até 100 pontos

5. Ter coerência na justificativa, clareza nos objetivos, relevância na ação proposta e apresentar orçamento compatível com as atividades propostas viabilizando sua execução.	Até 200 pontos
Total de pontos	Até 500 pontos

Diante dos objetivos do PRODEM e da política educacional do Governo Estadual, que orientam a seleção das prioridades para atendimento aos municípios cearenses pelo referido Programa foram definidas as seguintes linhas de financiamento:

- **Linha de Financiamento I (80% dos recursos):** dirigida aos 60 municípios com os mais baixos indicadores sociais no Estado, tendo em vista a implementação de políticas estaduais de inclusão social, mediante apresentação de propostas concebidas de acordo com as linhas de ação e atividades elegíveis.
- **Linha de Financiamento II (20% dos recursos):** dirigida a iniciativas propostas pelos municípios tendo em vista o financiamento de projetos inovadores ou experiências exitosas comprovadas em Educação Infantil e Séries e Ciclos Iniciais do Ensino Fundamental, como apoio a iniciativas nas escolas municipais (rurais e urbanas). Nesse caso, todos os municípios cearenses estão aptos para participar do Programa. Em situação de desempate entre os municípios concorrentes, será considerada a sua classificação no IDH, priorizando sempre o critério de maior pobreza. Com a redução da paridade dólar-real em 2005, os recursos alocados no Componente PRODEM não foi suficiente para apoiar projetos desta linha de financiamento. Coube ao Governo do Estado através da SEDUC apoiar parte dos projetos com recursos do Salário-Educação¹, cota Estadual.

No caso da Linha de Financiamento I, os valores a serem repassados não podiam exceder o equivalente a US\$ 240,000.00 por município para toda a vigência do PRODEM. No caso da Linha de Financiamento II, os valores não podiam exceder o equivalente a US\$ 100,000.00 por município, para toda a vigência do PRODEM.

No período de agosto a outubro de 2005, os municípios apresentaram seus projetos, que entregues na SEDUC, eram analisados e avaliados mediante os critérios básicos, complementares e de pontuação.

Concluído os trabalhos da Linha de Financiamento I, iniciaram-se os procedimentos para formalização dos convênios e o processo de liberação de recursos. Para os 60 municípios de menor IDH do Estado, foram destinados R\$ 25.524.805,96 distribuídos pelas linhas de ação como mostra o quadro 3.

¹ Utilizando os Recursos do Salário Educação o Governo do Estado apoio financeiramente, 24 municípios que tinha apresentados projetos na Linha II.

Quadro 3: Síntese dos recursos financiados para os 60 municípios, por linha de ação

Nº de Municípios	Valor Total do PRODEM	Linhas de Ação			
		Obras (*)	Equipamento e Mobiliários (*)	Acervo e Produção e Aquisição de Materiais (**)	Capacitação (**)
60	25.524.805,96	19.729.944,18	4.172.544,88	686.968,44	935.348,46

(*) Garantia dos Padrões Básicos de Funcionamento dos CEI e das Escolas

(**) Melhoria da Qualidade do Processo Ensino-Aprendizagem

Analisando os dados do quadro 3 constata-se que 77,3% dos recursos do PRODEM foram destinados a projetos de melhoria da rede física dos municípios, o que confirma, mais uma vez, a precariedade da infraestrutura das escolas municipais, com espaços inadequados que comprometem a qualidade da educação oferecida.



Foto 1: Crianças em sala de aula da rede pública municipal.

Do total dos recursos do PRODEM para os 60 municípios de menor IDH, 16,3% foi destinada a aquisição de equipamentos e mobiliários para as escolas, com vistas a melhorar as condições de oferta da educação, que vem se dando, muitas vezes, de modo adaptado.



Foto 2: Crianças assistindo aula em carteiras adaptadas.

Percebe-se claramente que os aspectos pedagógicos que impactam diretamente sobre a qualidade da educação só demandaram 6,3% dos recursos (Acervo e Produção e Aquisição de Materiais e Capacitação Docente). Se por um lado, tal dato significa fator de preocupação, há que se reconhecer que as demandas municipais ainda encontram-se em estágio anterior, onde o esforço está concentrado na criação de melhores condições de acesso. A explicação encontra-se no rápido processo de municipalização do ensino fundamental, associado ao crescimento das taxas de escolarização (liquida e bruta) motivadas pelo FUNDEF, implantado em 1998.

As linhas de ação que contemplam os diversos municípios encontram-se no seguinte estágio:

- No que diz respeito a obras, 100% (cem por cento) dos municípios conveniados foram contemplados com obras de reforma e ampliação de unidades escolares; 98% (noventa e oito por cento) das obras estão em pleno andamento, em média, com 73% dos serviços executados.



Foto 3: Sala de aula reformada em município do PRODEM.

- No que tange a Equipamentos e Mobiliários, 92% dos municípios foram contemplados com a ação. Destes, 67% realizaram a licitação dos equipamentos e mobiliários e encontram-se em fase de recebimento dos bens.
- As ações de Capacitação Docente foram solicitadas por 32% dos municípios focalizando professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, tanto da zona urbana como rural. Alguns projetos prevêm capacitação para Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis.

O quadro 4 a seguir apresenta a relação dos municípios com os respectivos valores dos projetos aprovados. A forma de transferência dos recursos para a Prefeitura deu-se mediante convênio em duas parcelas, sendo a segunda liberada após prestação de contas da primeira.

Quadro 4: Valores financiados por município - PRODEM 2005

Ord	Crede	Município	Valor Total Aprovado
1	Itapipoca (2)	Amontada	432.000,00
2		Apuiaries	432.000,00
3		Miraíma	431.923,31
4		Tejuçuoca	431.929,37
5		Tururu	432.000,00
6		Umirim	432.000,00
7	Acaraú (3)	Bela Cruz	431.375,83
8		Jijoca	425.250,00
9		Morrinhos	431.596,89
10	Camocim (4)	Barroquinha	419.541,00
11		Chaval	431.999,00
12		Granja	432.000,00
13		Martinópolis	431.400,00
14		Uruoca	424.200,93
15	Sobral (6)	Alcântara	432.000,00
16		Cariré	432.000,00
17		Coreaú	431.968,54
18		Graça	432.000,00
19		Hidrolândia	431.666,01
20		Irauçuba	432.000,00
21		Massapê	431.966,51
22		Meruoca	432.000,00
23		Moraújo	427.919,31
24		Mucambo	432.000,00
25		Pires Ferreira	431.748,56
26		Reriutaba	431.999,10
27		Sant. do Acaraú	278.136,00
28	Canindé (7)	Caridade	418.652,36
29		Itatira	432.000,00
30		Paramoti	431.999,99
31	Baturité (8)	Barreira	430.510,55
32		Capistrano	428.969,19
33		Ocara	431.999,58
34	Jaguaribe (11)	Potiretama	431.994,80
35	Quixadá (12)	Choró	431.989,44
36		Ibaretama	432.000,00
37		Madalena	431.946,00
38	Crateús (13)	Ararendá	416.930,55
39		Catunda	432.000,00
40		Ipaporanga	432.000,00
41		Ipueiras	432.000,00
42		Novo Oriente	431.944,00
43	Senador Pompeu(14)	Mombaça	431.807,06
44		Dep. Irapuan Pinheiro	432.000,00
45	Tauá (15)	Aiuaba	354.042,70
46		Arneiroz	432.000,00
47		Parambu	431.982,11
48		Quiterianópolis	431.999,00

Ord	Crede	Município	Valor Total Aprovado
49	Iguatu (16)	Cariús	432.000,00
50		Catarina	432.000,00
51	Crato (18)	Araripe	426.808,18
52		Assaré	431.992,49
53		Potengi	431.990,89
54		Saboeiro	430.671,41
55		Salitre	349.890,00
56		Sant. do Cariri	424.065,30
57		Tarrafas	432.000,00
58	Juazeiro do Norte (19)	Caririaçu	432.000,00
59		Farias Brito	432.000,00
60		Jardim	432.000,00
Valor Total			25.524.805,96

4. Planos Municipais de Educação: um capítulo a parte

Um dos critérios básicos exigidos dos municípios para participarem do PRODEM foi a apresentação do Plano Municipal de Educação (PME) integrado às políticas e ao Plano de Educação Básica do Estado e às diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE).

Considerando o contexto político do momento de lançamento do Programa, com a eleição para prefeitos ocorrida em outubro de 2004 e uma nova gestão municipal se iniciando em janeiro de 2005, a SEDUC concebeu uma iniciativa de apoio técnico visando orientar os municípios na elaboração dos PME a partir das diretrizes políticas definidas no âmbito estadual e federal. Tal iniciativa contou com a participação e o apoio da União de Dirigentes da Educação Municipal do Ceará (UNDIME) que se fez presente em todos os momentos, sensibilizando os municípios para a importância de tal ação.

Visando orientar o planejamento da educação municipal para o período 2005 - 2008, a SEDUC publicou uma coleção denominada **Educação Básica - Indicadores Municipais**, contendo dados referentes ao período 2000 - 2004, organizada em 6 volumes por município, CREDE e Macrorregião. A publicação continha os seguintes dados referentes às redes municipais: taxas de escolarização da educação infantil (0 a 3 e 4 a 6 anos), população e matrícula do Ensino Fundamental total e de 7 a 14 anos, distorção idade-série no Ensino Fundamental, número de escolas no Ensino Fundamental, número de professores no Ensino Fundamental, Movimento e Rendimento no Ensino Fundamental.



Foto 3: Coleção sobre Indicadores da Educação Municipal 2000 - 2004, publicada pela SEDUC.

A referida publicação tinha como objetivo apresentar à nova gestão municipal um retrato em branco e preto da situação educacional que o Prefeito estava recebendo em janeiro de 2005. A divulgação de tais dados mobilizou o segmento educacional de cada município, tendo os Prefeitos assumido a decisão política de elaborar um Plano Municipal de Educação.

A SEDUC passou a ser indagada sobre apoio técnico para que as novas gestões municipais pudessem elaborar seus PME articulados com as diretrizes políticas estaduais. Visando atender as demandas buscou parcerias com instituições que tivessem experiência com gestão municipal e encontrou no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), o perfil desejado. A partir de então, uma agenda conjunta de trabalho foi definida e o projeto de formação de multiplicadores para elaboração dos PME, passou a ser construído.

O CENPEC desenvolve há alguns anos um programa denominado Melhoria da Educação no Município, destinado aos gestores educacionais. Aproveitando os materiais lançados na coleção **Melhoria da Educação no Município: um trabalho coletivo**, a SEDUC e o CENPEC conceberam as ações de formação que consistiram em dois momentos assim discriminados:

- **A Educação no Município:** diagnóstico e planejamento, dirigido para os Orientadores dos Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE), assessores de planejamento dos CREDE, representantes de Universidade locais e demais técnicos da SEDUC, com 40 horas/aula. Este momento tinha como objetivo subsidiar a construção de Plano Municipal de Educação como orientador da política educacional, buscando ampliar o debate em torno de questões inerentes ao setor público, discutindo os temas: direito a educação, o papel do diagnóstico municipal como instru-

mento de gestão pública e a importância do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação. O modelo da formação estabelecia que caberia aos Orientadores e assessores de planejamento de CREDE multiplicar a formação nos municípios de sua jurisdição, realizando capacitação com os Secretários Municipais de Educação e as equipes técnicas das SEM, nos meses de maio a julho do mesmo ano.

- **Formação de Assessores à Produção da Avaliação e Acompanhamento dos Planos Municipais de Educação**, ocorrido em setembro do mesmo ano, com carga horária de 24 horas/aula. O mesmo grupo que tinha participado da formação anterior se fez presente, exceto os representantes das universidades locais. A programação deste momento consistiu em refletir sobre a natureza política de um Plano Municipal de Educação, a execução do PME a partir da definição de uma política educacional; e elaborar proposta de acompanhamento da execução dos Planos Municipais de Educação.



Foto 4: Coleção do CENPEC utilizada na formação da SEDUC.

Os desdobramentos dos trabalhos em torno da elaboração dos Planos Municipais de Educação foram assumidos integralmente pelos CREDE, e contou com apoio técnico e supervisão da equipe da Célula de Planejamento da SEDUC. Importante destacar que o trabalho de sensibilização e conscientização desenvolvido pela UNDIME encontrou terreno fértil junto aos Secretários Municipais, tendo quase todos os municípios aderido a formação.

A iniciativa de elaboração dos Planos Municipais de Educação passou a integrar as ações do **Regime de Colaboração Estado-Municípios**, abrangendo todos os 184 municípios do Estado, adquirindo grande relevância política e técnica para a gestão estadual.

A metodologia de elaboração do Plano Municipal de forma participativa, adotada pelo CENPEC, exigiu diversas ações de formação no âmbito do município, envolvendo as equipes técnicas das SEM e outros técnicos municipais interessados. Os CREDE participaram ativamente de todos os momentos de elaboração dos Planos nos municípios, incluindo as reuniões com as comunidades para eleição de prioridades no campo educacional.

O quadro 5 a seguir mostra a agenda construída pelos CREDE para a elaboração dos PME.

Quadro 5: Plano de Ação apresentado pelos CREDE para elaboração dos PME

Ação	Período	Público Alvo	Objetivo
Formação de Assessores à produção dos Planos Municipais de Educação (formadores do CENPEC)	Maio/2005	Orientadores e Técnicos de 21 CREDE – Centro Regionais de Desenvolvimento da Educação e representantes de Instituições e Universidades	Subsidiar a construção do Plano Municipal de Educação como orientador da política educacional.
Mobilização dos Diversos Segmentos da Sociedade nos Municípios	Maio Junho/2005	Prefeitos, Secretários Municipais de Educação, Saúde e Ação Social, Orientador(a) do CREDE e da Regional de Saúde, técnicos das SME, Diretores das escolas da rede pública e privada, representantes da Câmara de Vereadores, da justiça, da igreja, Grêmios Estudantis, Conselhos Escolares, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Educação, sindicato, imprensa.	Lançar o desafio aos municípios para elaboração do Plano Municipal de Educação e erradicação do analfabetismo através de ações intersetoriais
Levantamento de dados: identificação do Município; características físicas; aspectos populacionais, socioeconômicos, culturais e educacionais.	Maio Junho/2005	Equipe técnico-estratégica da Secretaria Municipal de Educação.	Subsidiar as Secretarias para que as mesmas iniciem o diagnóstico do município a ser utilizado na elaboração do PME.
Encontro de planejamento da Macro.	Junho/2005	Orientadores, Supervisores e Assessores de Planejamento dos CREDE.	Organizar a capacitação do Plano Municipal de Educação: elaborar metodologia e selecionar material para a formação.
Curso de formação para elaboração do Plano Municipal de Educação da jurisdição do CREDE.	Junho/2005	Secretários Municipais de Educação, técnicos da SME, Saúde, Ação Social, Meio Ambiente e técnicos do CREDE/SEDUC.	Para capacitação para elaboração do PME.
Criação do grupo de trabalho (GT) nos Municípios.	Junho Julho/2005	Secretarias Municipais de Educação.	Formação dos Gt's para implementação dos Seminários Municipais.

Ação	Período	Público Alvo	Objetivo
Seminário de análise e intervenção do Plano Municipal de Educação.	Junho Julho/2005	Prefeito Municipal, Secretários Municipais de Educação, técnicos das SME, Orientador(a) do CREDE e da Regional de Saúde, técnicos das SME, outros atores (Ministério Público, Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, Sociedade Civil).	Analisar a versão preliminar do PME na perspectiva de superar as problemáticas apontadas nos indicadores propondo ajustes necessários.
Conferência Municipal de Educação	Junho Julho/2005	Poder Executivo, Legislativo e Judiciário; Ministério Público; Sociedade Civil.	Apresentar a versão final do PME para validar as metas e ações propostas; Preparar a redação do anteprojeto de Lei.
Entrega do Plano Municipal de Educação no Centro Regional de Desenvolvimento da Educação.	Julho/2005	CREDE, Secretários Municipais de Educação.	Cumprir o cronograma estabelecido para participação no edital do PRODEM.

De modo geral, os PME se estruturaram em torno oito temas, cabendo a cada município estabelecer metas qualitativas e quantitativas para monitorar e avaliar: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Gestão Escolar e Administrativa-Financeira, Esporte e Cultura, Formação Inicial e Continuada e Avaliação Institucional.

Mesmo observando o tempo exíguo para tantas atividades, os prazos foram cumpridos pela grande maioria dos municípios, com destaque para os 60 municípios da Linha I do PRODEM, que foram os primeiros a entregar seus Planos Municipais de Educação elaborados e aprovados pelas respectivas Câmaras Municipais. Além deles, mais 113 municípios cumpriram suas metas e em novembro de 2005, a SEDUC tinha recebido 173² Planos Municipais de Educação, fato inusitado, considerando que no Brasil, apenas 22% dos municípios possuem PME.

O Ceará conta com 94% dos seus municípios com PME elaborados para a gestão 2005 - 2008, inclusive com alguns elaborados para o decênio 2005 - 2015.

Cumprido o primeiro grande desafio de elaboração dos PME, se colocava uma outra tarefa de alta complexidade: acompanhar, monitorar e avaliar a execução dos PME. A segunda formação do CENPEC tinha com objetivo preparar as equipes dos CREDE para tal tarefa. O planejamento previa que no início do ano letivo 2006, haveria uma avaliação das metas dos PME previstas para o ano 2005. Cada CREDE definiu calendário próprio e utilizando os instrumentos do CENPEC desenvolveu suas atividades de acompanhamento e avaliação.

² Dos 184 municípios do Estado, apenas 11 deles não entregaram seus PME na SEDUC, o que não significa que não foram feitos: Caucaia, Crato, Itapiuna, Jaguaribara, Pacaruru, Paraipaba, Pentecoste, Redenção, Sobral, Solonópole e Fortaleza.

Alguns CREDE, conhecendo e dominando as ferramentas de gestão desenvolvidas pelo Programa de Modernização e Melhoria da Educação Básica (PMMEB) da SEDUC, aplicaram os métodos e as técnicas – Relatório de 3 Gerações, Planos de Acompanhamento – na avaliação do PME, incluindo a implementação de ações corretivas para o ano 2006.

5. Indicadores municipais 2005 - 2006: resultados das ações do PRODEM?

A execução do PRODEM teve início no segundo semestre de 2005, sendo que a quase totalidade dos municípios recebeu a primeira parcela de recursos nos meses de novembro e dezembro do mesmo ano. Considerando que a maior parcela de recursos era destinada a linha de ação Garantia dos Padrões Básicos de Funcionamento dos Centros de Educação Infantil (CEI) e Escolas, e consistia em ampliação e/ou reforma de prédios, o período de férias escolares nos meses de dezembro e janeiro era o mais adequado para execução dos projetos.

É louvável o esforço desenvolvido pelos municípios no sentido de adequar, no menor tempo possível, a infra-estrutura física das escolas e iniciar o ano letivo 2006 com melhores condições de acesso na rede municipal.

Segundo Relatório de Visita Técnica realizada pela SEDUC a partir de junho de 2006, constatou-se que:

- Dos 27 municípios visitados 18,5% encontra-se com 100% das obras concluídas, 55,5% com execução acima de 50% e 26% com obras em andamento.
- A qualidade dos serviços de infra-estrutura realizada pode ser considerada boa e muito boa.
- Os Planos de Trabalhos (PTA) apresentados quando da elaboração dos projetos estão sendo executados de forma satisfatória e no caso de eventuais ajustes no decorrer do processo, a SEDUC está sendo procurada para pedidos de orientação.
- Simultaneamente a realização das obras, os municípios estão tomando providências para aquisição de mobiliários e equipamentos.

As atividades previstas na linha de ação Melhoria da Qualidade do Processo Ensino-Aprendizagem, com ações relacionadas à Compra de Acervos, Produção e Aquisição de Materiais e Capacitação Docente, conseguiram realizar no cronograma previsto e apresentado pelos municípios no seu Plano de Trabalho, para a maioria dos casos.

Os dados a seguir mostram a performance dos 60 municípios no que diz respeito às taxas de aprovação, reprovação e abandono para as séries iniciais do Ensino Fundamental (1ª à 4ª séries) nos anos 2004 e 2005. O fenômeno da diminuição de matrículas de um ano para outro não é situação específica desses municípios tendo se registrado redução das matrículas neste nível de ensino no Ceará e no Brasil.

A SEDUC reconhece que ainda não é possível associar os resultados de tais indicadores aos investimentos do PRODEM nesses municípios, uma vez que tais dados foram coletados durante a execução do programa.

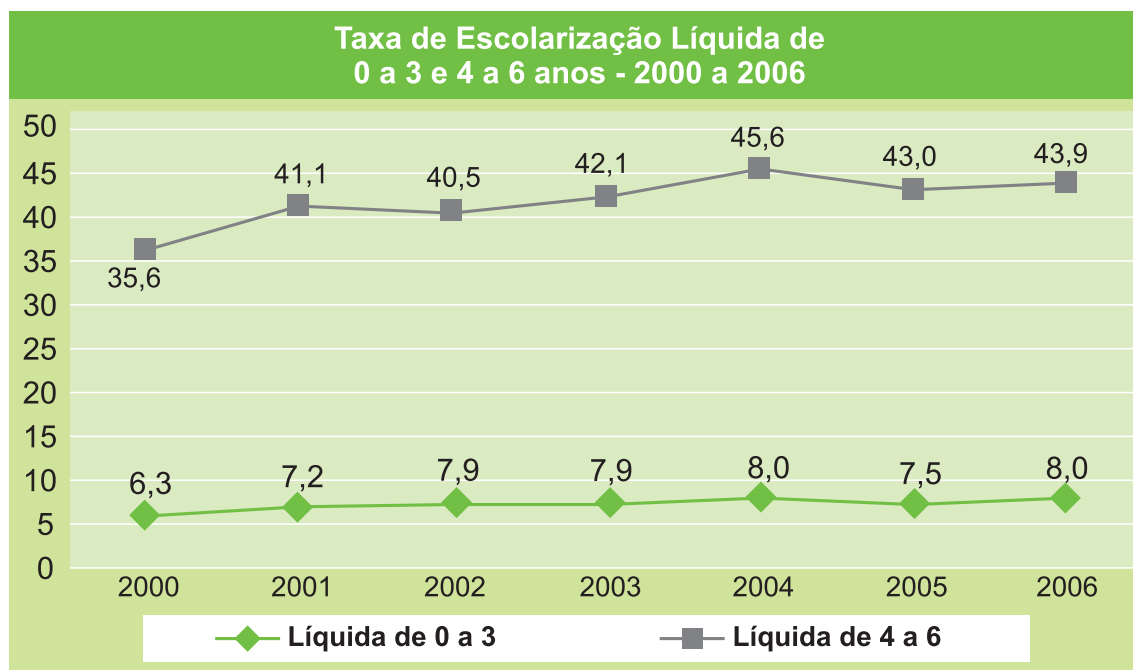
No entanto, considerando que os objetivos prioritários do Componente focalizavam a melhoria das condições de oferta e qualidade dos serviços educacionais nas séries iniciais do Ensino Fundamental, há que se observar as proposições apresentadas nos Planos Municipais de Educação desses municípios, especialmente as metas previstas neste nível de ensino para o ano 2005. Os dados apresentados mostram que:

- A taxa de aprovação cresceu 4% no conjunto dos municípios no período 2004 - 2005, sendo que em apenas 14 (24% do total) houve redução na taxa de aprovação. Os municípios de Potengi, Catunda, Granja e Amontada apresentaram melhoria na taxa de aprovação, acima de 20% de um ano para outro.
- Registra-se uma redução de 2% na taxa de abandono no mesmo período, para os 60 municípios, sendo que em 15 deles, houve crescimento desta taxa em 2005. Dos 60 municípios, 9 apresentaram melhoria na taxa de abandono acima de 50% em relação a 2004, que foram: Catunda, Farias Brito, Granja, Itatira, Barroquinha, Mucambo, Carius, Choro e Assaré.
- No mesmo período, houve uma redução da taxa de reprovação de 3% nos 60 municípios, no entanto, em 17 municípios, esta taxa cresceu e em 7 a redução da taxa de abandono foi maior ou igual a 50% (Catunda, Parambu, Quiterianópolis, Granja, Amontada, Itatira e Capistrano).

Quadro 6: Taxas de Rendimentos do Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries nos 60 municípios do PRODEM – Rede Municipal

Município	Matrícula	Rendimento do Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries - Rede Municipal														
		Abandono		Abandono		Aprovados		Aprovados		Reprovados		Reprovados				
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%					
		2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	% Aband	% Aprov	% Reprov
Potengi		1.621	1.552	218	151	13,4	10,2	788	950	48,4	64,1	623	381	24%	33%	-33%
Catunda		1.178	1.285	94	13	8,2	1,1	907	1.148	78,7	96,2	152	32	87%	22%	-80%
Granja		6.757	7.435	623	279	9,5	3,8	4.844	6.593	73,8	89,5	1.093	494	60%	21%	-60%
Amontada		5.981	5.920	573	380	9,4	6,3	4.214	5.013	69,1	83,7	1.313	599	32%	21%	-54%
Choró		1.793	1.828	271	128	14,9	6,6	1.174	1.494	64,4	76,7	377	325	56%	19%	-19%
Reriutaba		2.468	2.481	390	217	16,3	8,8	1.603	1.959	67,2	79,6	393	285	46%	18%	-30%
Itatira		3.626	3.456	282	106	8,0	3,2	2.648	2.937	74,7	88,4	613	281	60%	18%	-51%
Araípe		3.256	3.479	259	192	7,9	5,4	1.968	2.475	59,9	69,4	1.059	898	32%	16%	-22%
Hidrolândia		2.541	2.482	280	152	10,8	6,1	1.716	1.923	66,2	76,7	595	433	44%	16%	-25%
Parambu		5.058	4.965	606	487	12,2	10,0	3.833	4.260	77,2	87,7	529	112	18%	14%	-78%
Irauçuba		3.154	3.148	272	159	8,7	5,1	2.362	2.663	75,9	85,8	480	282	41%	13%	-41%
Capistrano		2.118	1.976	172	89	8,2	4,5	1.653	1.758	79,1	89,2	265	124	45%	13%	-50%
Quiterianópolis		2.622	2.593	221	132	8,4	5,2	2.167	2.368	82,1	92,4	253	63	38%	13%	-74%
Assare		3.236	3.189	356	161	11,2	5,1	2.395	2.648	75,2	83,5	434	364	55%	11%	-16%
Ibaretama		1.803	1.831	224	187	12,6	10,2	1.319	1.497	74,2	81,7	234	149	19%	10%	-38%
Santana do Acarau		4.458	4.298	288	233	6,5	5,4	2.726	2.866	61,2	66,2	1.437	1.228	17%	8%	-12%
Jardim		3.149	2.902	218	108	7,0	3,8	2.096	2.069	67,2	72,4	804	681	46%	8%	-8%
Martinopole		1.455	1.437	89	97	6,2	6,7	1.004	1.088	69,7	75,0	347	265	8%	8%	-24%
Ipaporanga		1.284	1.317	55	63	4,2	4,8	1.011	1.003	77,9	83,4	231	154	13%	7%	-34%
Carire		2.526	2.480	139	106	5,5	4,3	2.022	2.101	80,1	85,2	363	260	22%	6%	-27%
Tarrafas		1.252	1.050	49	39	4,1	3,8	880	816	74,5	79,1	253	177	9%	6%	-20%
Mucambo		2.208	1.953	182	71	8,3	3,5	1.715	1.664	78,2	83,0	296	271	57%	6%	0%
Saboeiro		2.370	2.095	242	141	10,4	6,8	1.413	1.327	60,7	64,3	674	596	34%	6%	0%
Tururu		1.783	1.709	147	72	8,3	4,2	1.508	1.538	84,9	89,9	122	101	49%	6%	-14%
Cariús		1.921	1.602	91	33	4,8	2,0	1.548	1.389	81,1	85,6	270	200	57%	6%	-13%
Apuiates		1.673	1.538	135	66	8,2	4,4	1.332	1.288	80,7	85,1	183	159	47%	5%	-5%
Dep. Irapuan Pinheiro		1.054	1.061	47	57	4,5	5,4	865	906	82,0	86,4	143	86	22%	5%	-40%
Santana do Cariri		2.657	2.571	140	82	5,4	3,2	2.016	2.098	77,5	81,6	445	390	41%	5%	-11%
Chaval		1.660	1.644	62	54	3,7	3,2	1.280	1.351	76,8	80,8	325	268	13%	5%	-18%
Aiuaba		2.589	2.222	133	85	5,3	4,0	1.937	1.700	76,8	80,7	451	321	23%	5%	-15%

No que diz respeito à Educação Infantil, o gráfico 1 a seguir mostra a evolução das taxas de escolarização líquida de 0 a 3 anos (creche) e de 4 a 6 anos (pré-escola) para os 60 municípios de menor IDH.



Observa-se que no período 2004 - 2005 houve um decréscimo nas duas faixas etárias, mas que em 2006, ambas as taxas apresentam crescimento em relação ao ano anterior. Importante mencionar que a matrícula de crianças de 6 anos encontra-se distribuída entre a pré-escola e o Ensino Fundamental, uma vez que no Ceará, a inclusão das crianças de 6 anos neste nível de ensino já vem acontecendo desde 2002.

Tais dados ainda não podem ser associados ao PRODEM, uma vez que as ações relacionadas a obras, ainda encontram-se em andamento. A expectativa é que para o ano letivo 2007, a oferta de educação infantil seja ampliada, especialmente na faixa de 4 a 6 anos, que corresponde a pré-escola.

5. O PRODEM, o FECOP e o Regime de Colaboração

O Governo do Estado, na gestão 2003 - 2006 estabeleceu quatro princípios intrinsecamente articulados, embora distintos, para orientar a proposta de educação para o Ceará, quais sejam: Educação de Qualidade e Inclusão Social, Gestão Democrática e Controle Social, Ação Compartilhada Poder Público e Sociedade Civil, Desenvolvimento Profissional Permanente e Valorização dos Servidores da Educação.

Ao implementar o PRODEM nos 60 municípios de menor IDH, o princípio norteador baseava-se na criação de melhores oportunidades educacionais para as populações, buscando a equidade com as demais

cidades do Estado. Para tanto, os esforços não se caracterizaram como iniciativas isoladas, mas procurou-se dar uma abordagem sistêmica na busca de potencializar os investimentos e acelerar os resultados.

Neste propósito, a criação do **Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECOP)** escolhe como público-alvo de atuação, os municípios de menor IDH do Estado. No caso da Secretaria da Educação Básica essas duas iniciativas se desenvolvem de forma agregada em 27 dos 60 municípios no ano 2006. Alguns resultados das ações do FECOP já foram apresentados em outro estudo, evidenciando que, quando bem planejados e executados, com foco de atuação bem definido, projetos que procuram melhorar indicadores educacionais podem causar significativos impactos num curto espaço de tempo.

Importante também destacar a relevante função articuladora e de apoio técnico que a Secretaria de Estado tem junto aos municípios, fato evidenciado pela construção do **Regime de Colaboração**, uma experiência desenvolvida nos últimos anos e que permitiu que ambas as redes – estadual e municipais – passassem a ter mais proximidade, compartilhando prédios (regime de co-gestão), pessoal e transporte escolar. Além de tais iniciativas já efetivadas neste período, o Regime de Colaboração criou as condições objetivas para a disseminação de boas práticas, facilitando o intercâmbio entre os municípios e com o Estado.

Naturalmente, a construção de um modelo não se coloca como tarefa fácil, exigindo de todos que compartilham a idéia, o exercício cotidiano em torno da melhor forma de relacionamento. Os três Seminários sobre o Regime de Colaboração promovidos pela SEDUC nos anos 2005 e 2006 mostra que o caminho está definido, e que os primeiros passos já foram dados.

Sobre as autoras

Eloísa Maia Vidal é doutora em Educação, professora da UECE e Secretária Adjunta da Educação Básica do Estado do Ceará. Representa a SEDUC no Conselho do FECOP.

Tania Maria Costa Guerra, professora especialista em Gestão Escolar e Técnica do Núcleo do Regime de Colaboração Estado-Municípios da SEDUC.

Lúcia Maria Gomes, licenciada em Estudos Sociais, especialista em Gestão Escolar pela Universidade de Santa Catarina e mestre em Gestão Educacional pela Universidade do Vale do Acaraú. Atualmente técnica do Núcleo de Modernização e Melhoria da Educação Básica da SEDUC.

Zirlânia da Silva Gonçalves é Mestre em Sociologia da Educação e Políticas Públicas, professora da rede pública estadual e Coordenadora de Planejamento e Política Educacional da SEDUC.

Este livro foi composto na fonte Palatino 9; 11; 13; 15 e Arial, corpo 9; 10
O miolo foi impresso em papel off set 75g / m²
Editoração Eletrônica, impressão e acabamento nas Edições Bagaço em 2006